

os Pontos de Vista.

N.º 8
JANEIRO 1986

de Bernardo Guedes da Silva



Portugal não é apenas uma Nação europeia e tende, cada vez mais, a sê-lo cada vez menos.

Os povos não são o depósito dos sistemas políticos, o gado sociológico do Poder

Sorbonne, Maio de 68



EU APOIO LURDES PINTASILGO

Fundação Cuidar o Futuro

A realidade mais parecida com a política, diz-se, é o círculo de Pascal, cujo centro está em toda-a parte e cuja circunferência não está em parte nenhuma.

Que é efectivamente a política, quando é possível responder que a política são as ideias, mas quando também se tem respondido que é a arte de mentir a propósito?

Entre nós, em que 88% das pessoas acham que pertencem à classe média, revelando um claro predomínio da ordem subjectiva e psicológica, a política é, para o cidadão médio, não ideias mas palavras, estereótipos, por detrás dos quais se escondem realidades e se dissimulam expropriações imprescrutáveis.

Em Portugal, hoje, a política é o reino da ambiguidade. E isso, que em todo o tempo foi verdadeiro, designadamente após 1820, é-o, nestes tempos, acrescentadamente, pois a política situa-se, entre nós, no centro de toda uma série de contradições. Nunca esteve tão presente nas nossas vidas, mas também nunca esteve desacreditada como agora,

nem gerou semelhantes frustrações na consciência dos povos. Transformou-se num espectáculo, cujos jogos e surpresas procuram capturar e conduzir a atenção da opinião pública, arrancando-a à apatia e envolvendo-a nas estridulas manifestações com que a vedetização do Poder serve exigências da sociedade de consumo, o marketing político intersecciona segmentos eleitorais fechados ou avessos e a comunicação social, grande responsável por esta nova mitologia, fabrica e devora deuses à vontade do freguês.

Dizia-se, dantes, que o medo das ideias se transformava em repugnância pela política. Pois hoje, tudo quanto tem uma coloração ideológica tende a ser recusado e esta atitude está tão generalizada que uma ideologia já não pode permitir-se aparecer como ideologia. O status quo desafia toda a transcendência.

Raymond Aron afirmava repetidamente que a essência da democracia moderna é um estado de constante agitação e isso se acentua

com a sua osmose institucional com a civilização industrial. Daí que, na mesma linha, tenha acontecido, a outros níveis, uma certa desvalorização da política, segundo os conflitos ideológicos, assistindo-se ao desenvolvimento da ideologia do apaziguamento ideológico.

A crescente legitimidade da personalização do Poder, entre nós, anda ligada a um estado de crise da legitimidade institucional. Um poder político desencarnado, numa representação alienante, levará o cidadão a experimentar um sentimento de exílio permanente no seio da colectividade. Por isso, o comportamento político dos portugueses oscila entre a apatia e a revolta, sem nunca chegar à responsabilidade.

O Parlamento vive em crise de actividade legislativa e em declínio da actividade de controlo, só o Poder Executivo possui a síntese da concepção, da decisão e da execução. Daí assistirmos a um irrecusável aumento da concentração do Poder, em que as actividades regionais são, cada vez mais, disfarces tomados

os Pontos de Vista

de Bernardo Guedes da Silva

pelo poder central, e ao fenómeno sociológico e político irremediavelmente significativo que é nenhuma minoria ter quaisquer meios para se exprimir.

Chegámos ao ponto que Arthur Miller considerava o limiar absoluto mínimo da utopia — já não crer em nada é difícil; crer ainda em alguma coisa, isso é que custa.

Por enquanto, a utopia vai por caminhos que têm mais que ver com o sonho e o cansaço, porque o sistema cultural sedimentou quadros em que o Estado pôde desenvolver o supremo ardil de ter-se feito aceitar por todos como o supremo bem.

Todavia, existe a crença na possibilidade de renovar a sociedade através da aplicação da "razão" e da "inovação social", e isso é "utopia" porque é esperança e esperança é uma atitude metafísica — é talvez o tecido de que a nossa alma é feita. É Mumford quem o diz. E está vivo na nossa recente memória o desassossego provocado na conturbada democracia-cristã europeia pela afirmação de Sanguier de que "enquanto tivermos a monarquia na fábrica não podemos ter a república na sociedade".

De facto, os povos cansam-se de ser "o gado sociológico do Poder".

Vêm estas considerações a propósito das candidaturas à Presidência da República, plenas de rábulas e rabulistas, cuja moldura se estabelece com o desempenho político dos partidos, em crise parlamentar e à míngua de resultados, na prática governativa.

Partidos que não estão em condições de responder às aspirações colectivas, que continuam a projectar o passado no futuro, máquinas burocráticas, sistemas fechados a toda a ideia de mudança, máquinas eleitorais sobrepostas aos laboratórios de ideias e excluídas dos circuitos económicos decisórios, perdendo progressivamente a capacidade de

acção intermediária entre o Poder e os grupos de interesses, atingindo, assim, com a ajuda da tecnocracia, que reforça este processo, os dois estados que claramente vêm assumindo, enquanto Poder, entre nós — ou um imenso desconhecido do país real preenchendo um desempenho político formal, palaciano e universalista, ou identificando-se com os grupos de interesses, que assim passam a manobrar o Poder, segundo os seus desígnios e objectivos.

Essa é a arquitectura do sistema, que as candidaturas de Freitas do Amaral e de Salgado Zenha prometem, por caminhos diferentes, consolidar, não constituindo a proposta de Mario Soares um propósito de fim de mudança, não obstante o desencanto, que dele transparece, pelas fórmulas que o processo político português esgotou e cuja percepção é, nele, um claro sinal da sua inteligência política.

Maria de Lurdes Pintasilgo tem outro discurso. Para ela, "é preciso abrir um novo ciclo na política portuguesa", assinalando que "estamos num limiar de maturidade".

Por isso vem dizer que a sua candidatura é a única que não tem origem em partidos políticos, "de forma directa, de forma clara ou de forma menos clara para o público", de maneira que "há aí uma diferença muito grande", que "o seu carisma resulta da racionalidade e da competência técnica e tem que ver com a sua própria vida e não equacionada em termos de arrastamento de multidões". E dispõe-se a "impôr a competência, a responsabilizar ética e politicamente, sem confrontos e sem soluções radicais..."

Diz que "se não posiciona contra ninguém, mas, pelo seu projecto, pode unir os portugueses".

Afirma que é preciso que alguém esteja no topo, "de forma nova", que é preciso garantir "para além dos

partidos", "outros mecanismos", que cumpram "o seu destino, que é exprimir em correntes de opinião pública e não impôr de forma totalizante à opinião pública o seu produto ou as suas formas de ver as coisas". E sustenta, firmemente, que o papel do Presidente é de "vigilância constante" e a candidatura é de proposta total — estar presente em tudo. Demais, deve instituir "o referencial da identidade nacional e a necessidade de ser portador de um projecto nacional capaz de mobilizar os portugueses e conseguir a máxima convergência possível em torno dos grandes objectos nacionais".

Para Maria de Lurdes Pintasilgo a independência do Presidente da República é "um modo de estar na política, transparentemente" e "a independência é uma forma de assegurar o entendimento e a colaboração dos partidos na condução dos destinos dos portugueses".

Há, de facto, em Maria de Lurdes Pintasilgo, uma palavra nova, intrinsecamente escorreita na necessidade de justificar o ponto de partida da sua actividade política post-25 de Abril, na exclusão da ideia de qualquer tipo de carreirismo vertical, no "engagement dégage" a que aspira, face à afirmação de que todos os gestos são actos políticos e de que o Poder tem de ser limitado por outros poderes.

A imagem de Brecht "mudar a sociedade e, uma vez mudada, mudar a sociedade mudada", enuncia um valor ontológico básico e uma regra de vida que a história da natureza, dos homens e das instituições sanciona.

Será, efectivamente, o projecto político de Maria de Lurdes Pintasilgo susceptível de poder mudar o sistema, mudança que se concretize, de projecto de intenções, em actos e vivências colectivas?

Os pensamentos não passam de sonhos até que os seus efeitos sejam



experimentados e qualquer definição de um projecto político seria muito boa se não usássemos palavras para a fazer.

O próximo passado da política portuguesa demonstra que o êxito tem feito muitos falhados e que os homens do sistema defendem os seus erros como se estivessem a defender uma herança. De certo modo moldaram uma construção, depois foi ela que os foi moldando. Construíram demasiados muros e pontes insuficientes.

Mário Soares parece ter entendido esse limiar — a humilde contenção com que encara as perplexidades do universo político em que se enredam as candidaturas é o certo sinal do seu amadurecimento, todavia preso a suzeranias ideológicas de que não pode libertar-se.

Maria de Lurdes Pintasilgo parece ter ultrapassado esse limiar. Por algumas razões parece personificar o poderoso espírito com que, em épocas decisivas da nossa história, alguém protagonizou a necessidade inelutável de mudança.

Quase sempre aconteceu, desde 1820, que a mudança deixou incólumes as estruturas e preparada e pronta a mesma gente — esse delirante universitário bem falante, positivista e jurisprudente, dividido em famílias, espiritualizadas umas, livre-pensadoras outras, entendidos todos no essencial — obter o Poder, conservá-lo e consolidá-lo. E tem-no conseguido sempre. Mudam quando é preciso mudar, para mudar pouco ou quase nada.

É necessário que isso não vá mais uma vez acontecer.

A verdade é que pela semente ninguém vê a dimensão da árvore.

A utopia é um projecto imaginário mas é também a inteligência que constrói o método e sintetiza a experiência. E que é que há de grande neste mundo que não tenha começado por ser um tímido sonho?

Eu acredito na Eng. Maria de Lurdes Pintasilgo.

É preciso, realmente, tornar inteligível a realidade. O que olhamos não é o que vemos e é mau método partir das palavras para definir as coisas.

Bernard Shaw dizia que alguns vêem as coisas como elas são e perguntam porquê. Tal como ele, eu penso coisas que nunca foram e pergunto por que não.

Palavras Escritas

Do livro "Às Armas Portugal"

Maio de 1964

Se à tese governamental de "aguentar, aguentar" corresponder, em igual determinação, uma obra de promoção válida dos nossos autóctones, em que se substitua a determinação de levar os indígenas do Ultramar às escolas, mas, sim, estas à sanzala e, igualmente, se revejam uma série de concessões, várias delas terminadas em "gang" a diversos "trusts" agrícolas, se os Governadores Gerais das Províncias tirarem menos fotografias e produzirem obra de séria promoção social, se em lugar de dois Bancos em cada uma das Províncias houver vinte e se, em vez de um Ministério do Ultramar egocêntrico e manifestamente incapaz, de tendências centralizadoras, dermos às províncias completa latitude no plano administrativo, reservando a um governo, para todo o portu-

guês, apenas, uma função orientadora, poderá ter a certeza, o Senhor Engenheiro (1), que não aguentaremos em vão.

Porém os homens, os homens que ganham cem contos por mês e nos falam de justiça social, os homens que têm insólitas responsabilidades no fracasso do governo do saudoso General Norton de Matos, em Angola, e nos vêm falar de teimosias aberrantes, esses é que têm muita e muita responsabilidade.

Um homem que, republicano e democrata, já faleceu e se chamava Brito Camacho, respondeu, um dia, no Parlamento, a um deputado de quem, neste momento, nos não ocorre o nome, quando aquele lhe chamava "porco": — Sim, sou porco, mas orgulho-me de ter as mãos limpas,

Assim pudessem todos os homens habituais da "ribalta política portuguesa" afirmar, como Brito Camacho, que tinham as mãos limpas.

Julgo, porém, que, em relação ao Ultramar, existem muitos políticos com elas sujas, julgando ou tentando julgar que as têm limpas. Nesta matéria de "mãos sujas ou limpas" não se referem formas desonestas, no vulgar sentido de desonestidade; é mais grave, muito mais grave, referem-se às formas demagógicas que são tanto de condenar ou mais, do que as de desonestidades materiais.

A demagogia é, quanto ao autor, uma forma terrível de se ser desonesto.

(1) Eng.ª Cunha Leal

Os Pontos de Vista

de Bernardo Guedes da Silva

Palavras Escritas

Do livro "Às Armas Portugal"

Maio de 1964

Sem, de modo algum, pretender diminuir o país irmão, nem menosprezar os sacrifícios de toda a ordem, que os portugueses realizaram em terras de Santa Cruz, possa eu afirmar que a "realidade brasileira" é carta que joga mais contra a característica, absolutamente sui-generis, do português em contacto com outras raças, do que a favor da premissa que se constitui, para muitos, em imutável "verdade portuguesa" a actual panorâmica social brasileira. E, tal pensamento, não invalida, em quaisquer circunstâncias, a efectiva característica do nosso povo para se interligar com outros povos demonstrando que somos elemento imprescindível sempre que se estruturam territórios aonde haja diversidade de raças e credos, e em que as diferenças climáticas possam gerar um novo tipo de ambiência social a que, fatalmente, terá de corresponder um novo padrão humano.

Não será novidade para ninguém que o sociólogo brasileiro Gilberto Freire, com o seu saber e a sua audaciosa compreensão dos fenómenos sociais do Mundo, sobretudo do Mundo Português, deu a esse novo padrão de vivência, integrado pelo tipo de homem correspondente, o nome de luso-tropicalismo.

Simplesmente, no Brasil, os portugueses não tiveram o tempo indispensável à consecução da missão evangelizadora que os determina. Sacudidos, daqui e dali, pela agitação interna ao serviço de certos movimentos positivistas, os portugueses do Brasil lançaram-se na temerária aventura de darem o "grito do Ypiranga" cujas verdadeiras consequências ainda não são, quanto ao autor, perfeitamente conhecidas. E elas revelar-se-ão com maior propriedade do conjunto de circunstâncias que hão-de, no futuro, condicionar a evolução do panafricanismo, e seu apêndice fundamental — o racismo negro, do que fruto de investigações históricas não poucas vezes permeáveis aos vendavais que não só assolam o Mundo, como os homens. Só nessa altura poderemos ter uma visão clara e insofismável do fenómeno que determinou a independentização das terras de Santa Cruz. Saibam os portugueses aproveitar a lição do Brasil para, conseqüentemente, obstem por todos os meios, aos que pretendem vencê-los pela força que não pelo espírito.

... No Brasil não eram autóctones, nem pretos nem brancos, porque os índios, nas províncias portuguesas de África os autóctones eram pretos e os elementos

de penetração eram os brancos. E desta pequenissima realidade, pequenissima, apenas, na aparência, resultou que o equilíbrio no Brasil foi estabelecido pelo desejo, branco e preto, de superar o nativo, enquanto que na África Portuguesa esse equilíbrio terá de ser pautado pelo bom senso e por sã e anti-demagógica justiça social. Além disso, não pode esquecer-se, voluntária ou distraidamente, que os condicionalismos actuais e previsíveis da solidariedade africana, resultam, apenas, dum racismo a que poderemos chamar anti-racista, aproveitado imaturamente pelos Estados Unidos, na intenção de poderem expandir os seus mercados e, também pelos russos, como contra-propaganda ao expansionismo norte-americano. Donde resulta que, o racismo branco gerador do racismo negro, originário de potências do Ocidente, que não de Portugal, está sendo motivos de ataque contra o nosso País, sem se ter atenção, bastas vezes, que essas críticas procedem exactamente dos fautores de um modo de vida social em África, em que nós nunca colaborámos — pequenas excepções que se apontem confirmam a regra — que o mais elementar bom senso reprova e a Doutrina de Deus condena.

BOLETIM DE ASSINATURA

Desejo assinar "Os Pontos de Vista de Bernardo Guedes da Silva".
(12 números = 600\$00). Assinatura a enviar para:

Nome: _____

Endereço: _____ Código Postal _____

Enviar este cupão, ou fotocópia, acompanhado da importância respectiva (em dinheiro, cheque ou vale postal) para:

"Os Pontos de Vista de Bernardo Guedes da Silva"
Rua Latino Coelho, 1, 12.º-Dto. — 1000 LISBOA